

HISTÓRIA DE UM RIO

SÉCULO XVI-XX

Processo Ocupacional do Vale do
Rio Paraíba do Sul no Estado do
Rio de Janeiro



Solar Grandjean de Montigny
Centro Cultural da PUC/RJ.

Um Projeto **PUC-RJ** **O GLOBO**  Light
Serviços de Energia S.A.

R585

Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica
Solar Grandjean de Montigny.

História de um Rio, processo ocupacional do
Vale do Rio Paraíba do Sul. Século XVI-XX. Coord.
de Vladimir Magalhães da Silveira, João Rosauro de
Almeida e Maria Gertrudes M. B. Oswald. Rio de
Janeiro, PUC, Light, O Globo, 1983.

52. p. il. 29

1. Paraíba do Sul (Rio) – História – Séculos
16-20. 2. Paraíba do Sul, Vale do – Condições eco-
nômicas. 3. Poluição – Paraíba do Sul (Rio).

I. Silveira, Vladimir Magalhães da coord.
II. Almeida, João Rosauro de coord.
III. Oswald, Maria Gertrudes M. B. coord.
IV. Título.

CDD 981.5

Sumário

Apresentação	5
Prefácio	7
A Região	9
Ocupação	11
Situação atual	29
O Rio Paraíba do Sul	33
O Futuro	37
Acervo	40
Bibliografia	48



APRESENTAÇÃO

Confiantes, mais uma vez, no valor de um trabalho conjunto para a realização de eventos culturais apresentamos "História de um Rio, Processo Ocupacional do Vale do Rio Paraíba do Sul. Século XVI – XX", resultado da colaboração entre o Solar Grandjean de Montigny, a LIGHT e O GLOBO.

É com prazer que vemos concretizar-se essa exposição que, além de participar do importante projeto de salvaguarda do Rio Paraíba do Sul, ainda dá início a uma nova linha interdisciplinar de pesquisa incentivando a participação de outros departamentos da PUC-RJ e da comunidade do Rio de Janeiro.

Irma Arestizabal
Diretora do Solar Grandjean de Montigny



PREFÁCIO

O Rio Paraíba do Sul e o Estado do Rio de Janeiro estão intimamente ligados em sua história, caracterizando-se uma interdependência sócio-econômica.

Condições excepcionais fazem do local por onde passa o rio um dos mais bem dotados sítios industriais do País. Os aspectos básicos que caracterizam uma região como plataforma industrial (energia suficiente, fácil escoamento da produção, mercado consumidor e suprimento de água) são encontrados no Vale do Paraíba do Sul de maneira extremamente favorecida.

A posição que o Vale ocupa entre os três maiores centros econômicos do Brasil seria, por si só, um indicador de sua relevância.

Mas a característica que se deve ressaltar, e que denota a importância do Rio Paraíba do Sul, é que a região o tem como principal fonte de água, dando ele de beber a 80% da população do Estado do Rio de Janeiro.

Todavia, vem sendo o rio vitimado nestas últimas décadas, em alguns aspectos, por um desenvolvimento desordenado e predatório. Se, ao tempo das monoculturas da cana e do café, o desmatamento já descaracterizava as condições salutaras de vida do Vale, este processo se agravou com a industrialização.

As conseqüências do processo de desenvolvimento industrial apresentam um saldo global positivo. Ainda assim, não podem ser desdenhadas as perturbações que este mesmo

processo causou aos ecossistemas do Vale. O surto desenvolvimentista dos anos 70 consolidou a vocação industrial da região do Médio Paraíba, tornando-a, depois da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a área mais dinâmica do Estado. Mas, ao tratar do desenvolvimento, parece que o homem se esqueceu da sua própria qualidade de vida. As conseqüências do crescimento econômico sobre a saúde da região refletem-se negativamente sob diversas formas: vazamentos e despejos de substâncias nocivas, provocando a mortandade dos peixes; lançamento de esgotos "in natura"; devastação das encostas, etc.

Hoje, mais do que nunca, é necessário que se conscientize a população sobre as ameaças que pairam sobre o Rio Paraíba do Sul. Considerar as ações que possam modificar a ecologia do Vale, sob todos os seus aspectos, significará o equacionamento dos problemas a serem enfrentados. Mobilizar a população fluminense para enfrentar e resolver esses problemas será a única maneira de se salvar a riqueza do Rio Paraíba do Sul e de seu Vale.

O objetivo fundamental desta exposição conjunta LIGHT/O GLOBO/PUC RJ, é despertar na comunidade do Estado o interesse e a preocupação por este rio, contando um pouco da história da região por onde ele passa.

Luis Oswaldo Norris Aranha

Presidente

Light – Serviços de Eletricidade S.A.



A REGIÃO

O Rio Paraíba do Sul atravessa os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nasce a 20 km da Serra do Mar em Campos do Cunha. Corre para Oeste-Sudoeste até Guararema, aonde faz uma verdadeira meia-volta ganhando o rumo Oeste-Leste, sempre paralelo à costa, até a desembocadura em São João da Barra. Seus principais afluentes são o Paraibuna, o Pomba e o Muriaé na margem esquerda, e o Piraf, o Piabanha e o Dois Rios, na margem direita.

Da nascente até Guararema, o rio corre em vales apertados por uma região montanhosa com altitudes variando entre 2000 e 1000 metros. De Guararema e Itaocara o rio pos-

sui características de rio de planalto. De Itaocara até a foz, o rio corre mansamente como um rio de planície.

O clima da região é tropical de altitude no Alto e Médio Paraíba. No Baixo Paraíba o clima é tropical quente, úmido e subúmido.

A área da bacia era dominada por uma densa floresta latifoliada tropical. A ação do homem, principalmente com a cultura do café, devastou a região. A lavoura predatória e pouco racional causou violenta erosão e empobrecimento do solo. Da antiga floresta tropical restam as vertentes das serras e parques protegidos. Dentre os principais representantes da flora arbórea do Vale do Paraíba citem-se o Ipê Amarelo, o Peroba Rosa, o Jequitibá, o Jacarandá, o Maçaranduba, dentre outras.

Nas áreas protegidas, como o Parque Nacional de Itatiaia, tem-se uma pálida idéia do que foi a fauna da região. Muitas das espécies desapareceram, outras encontram-se em fase de extinção como o Sagui, o Lobo Guará, o Jacaré, a Onça, a Suçuarana, o Muriqui, o Jaguar, o Marreco-Toucinho, o Pega Macaco, etc.

Em que pese a poluição que o rio recebe de indústrias e esgotos, a fauna ictiológica conserva-se abundante. Embora algumas espécies como o Surubim e o Piabanha encontrem-se em extinção, há inúmeros exemplares que asseguram a piscosidade das águas como o Robalo, o Dourado, a Curvina de Água Doce, a Traíra, etc.



OCUPAÇÃO

PENETRAÇÃO

O processo de penetração do homem branco na região da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, em território fluminense, foi desordenado e não teve função de povoamento. No século XVI, o Ciclo da Caça ao Índio cingiu-se à conquista da terra.

Pero de Góis, vindo com a expedição de Martim Afonso de Sousa, ergue em 1538, os esteios de um primeiro vilarejo ao sul da Barra de Itabapoana. O fortim não resiste ao índio. Em princípios do século XVII, Gil de Góis da Silveira funda a Vila de Santa Catarina na foz do Itapemirim. Outra derrota. O colonizador português, mais uma vez, se desentende com o goitacaz e o acampamento é completamente devastado.

Em 1557, Jean de Lery viajava pelo Brasil, e assim registrava seu contato com os índios:

"Estes diabólicos goitacazes, invencíveis na região que ocupam, devoradores de carne humana como se fossem cães ou lobos, falando uma linguagem não entendida dos vizinhos, devem ser tidos entre os mais bárbaros, cruéis e terríveis povos que existem. . . . vivem em guerra aberta não só contra outras nações mas ainda com os estrangeiros d'além mar." (1)

Mais adiante refere-se a uma outra nação indígena de maneira completamente diversa: "Estavam lá reunidos na praia nossos aliados . . . que nos receberam de muito boa sombra, dando logo notícias de Paicolás, que é como chamam a Nicolau de Villegaignon." (1)

O contraste entre estas duas impressões mostra a tônica de uma relação que vai perdurar enquanto o colonizador não assegura a posse da terra: é o europeu tentando escravizar o índio, utilizando-o para dominar outros índios, exterminando-o quando resiste.

Se na região sul do estado os índios ofereceram menor resistência, o mesmo não aconteceu na região norte. Os goitacazes resistem à astúcia do colono. Falha o trabuco, falham as tentativas de entendimento. Mais tarde, entra em cena o jesuíta pacificador e, encontrando um índio já debilitado, realiza com palavras o que a força não conseguira realizar. A expansão terrestre com o recuo do índio vai favorecer o processo de povoamento da região.

(1) LERY, Jean de. *História de uma viagem feita à terra do Brasil*. Cia. Editora Nacional, 1926.

O Ciclo da Mineração vai ser uma outra causa que leva o homem branco a caminhar pela região. Da baía da Guanabara teria saído, em abril de 1531, a primeira expedição a tocar as matas de Minas Gerais.

O escoamento da produção de ouro se fazia para o porto do Rio de Janeiro via Parati, pelas rotas do "Caminho Velho". Em 1701 o bandeirante paulista Garcia Rodrigues Pais, a procura de um percurso mais eficiente, liga Barbacena a Paraíba do Sul, desce o rio Ubá e chega mais rápida e facilmente à baía de Guanabara. Era a rota do "Caminho Novo". Nesta fase, o processo de fixação também é dificultado: "A administração vedava o povoamento, por política fiscal, a fim de proteger o erário. Procurava-se manter a ligação... ao Rio de Janeiro apenas por uma rota, com o fito de resguardar a Coroa do descaminho e contrabando." (2)



(2) MERCADANTE, Paulo de. *Os sertões do leste*. Ed. Zahar, 1973.





CICLO DA CANA

O começo da ocupação da Região Norte Fluminense se dá por volta de 1620, quando os "Sete Capitães" obtêm sesmarias da Coroa de Portugal desenvolvendo uma pecuária que abastecia a cidade do Rio de Janeiro.

Em 1648, o Governador Salvador Correia de Sá obriga os Sete Capitães a negociarem um acordo que os faz perder um quarto de suas terras. O período que se segue, até 1748, é a luta pela posse do solo fértil. A questão da usurpação das terras dos Capitães é resolvida quando a Coroa Portuguesa se apossa de todas as terras da planície. Nesta questão, a heroína foi a campista Benta Pereira de Sousa que, aos 73 anos, chefiou um levante contra os invasores. A fertilidade das terras atraía lavradores. A pecuária cede lugar à monocultura açucareira que confere total uniformidade à paisagem rural.



A planície é subdividida em numerosas faixas agrícolas, arrendadas pela Coroa a centenas de pequenos senhores de engenho. A expansão da cultura prossegue no século XIX atingindo as margens do Paraíba do Sul.

A partir de 1830, a implantação e a rápida expansão dos engenhos a vapor determinaram a decadência de quase todos os antigos engenhos coloniais. Começava a surgir uma aristocracia rural ante o declínio dos pequenos senhores de engenho. De 1840 a 1880 a produção passa de 12.000 a 20.000 toneladas de açúcar. A estrutura econômica da cana atinge o auge. À época da Lei Áurea, em 1888, existiam na lavoura da cana 35.000 escravos. A retirada desta força de trabalho teve grandes reflexos na economia tradicional.

Pouco depois, a Proclamação da República desmontava a aristocracia rural dos chamados Barões do Açúcar.

As tentativas de recuperação foram prejudicadas por toda sorte de dificuldades: a Primeira Grande Guerra, revoluções internas, a carência de crédito para os investimentos necessários.

O reajustamento econômico concebido pelo Ministro Oswaldo Aranha, após 1930, salvou do colapso a indústria açucareira fluminense, que atravessava sérias dificuldades.

Em 1934, o setor passou para a esfera da economia dirigida com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool.

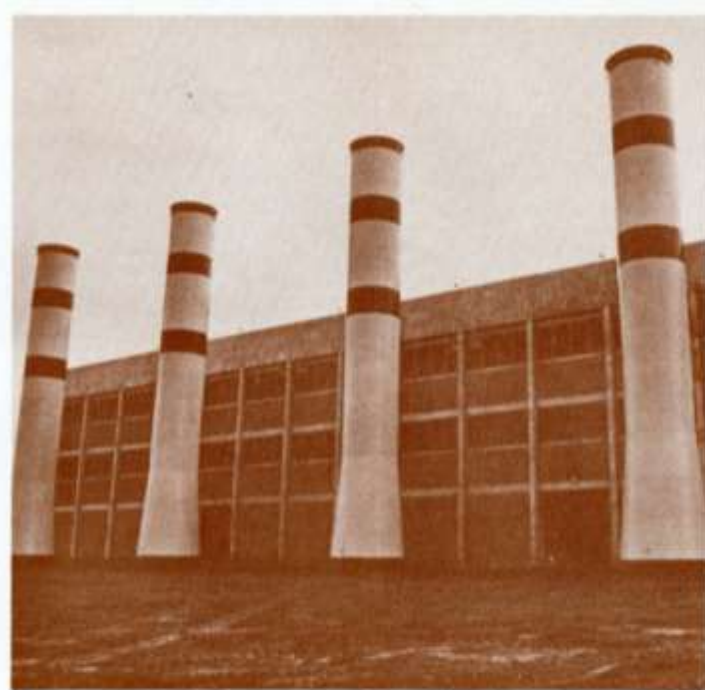
Em 1946, a produção de São Paulo começa a crescer rapidamente provocando uma superprodução açucareira na região Centro-Sul. Os produtores fluminenses começam progressivamente a descapitalizar suas indústrias por dificuldades de comercialização.

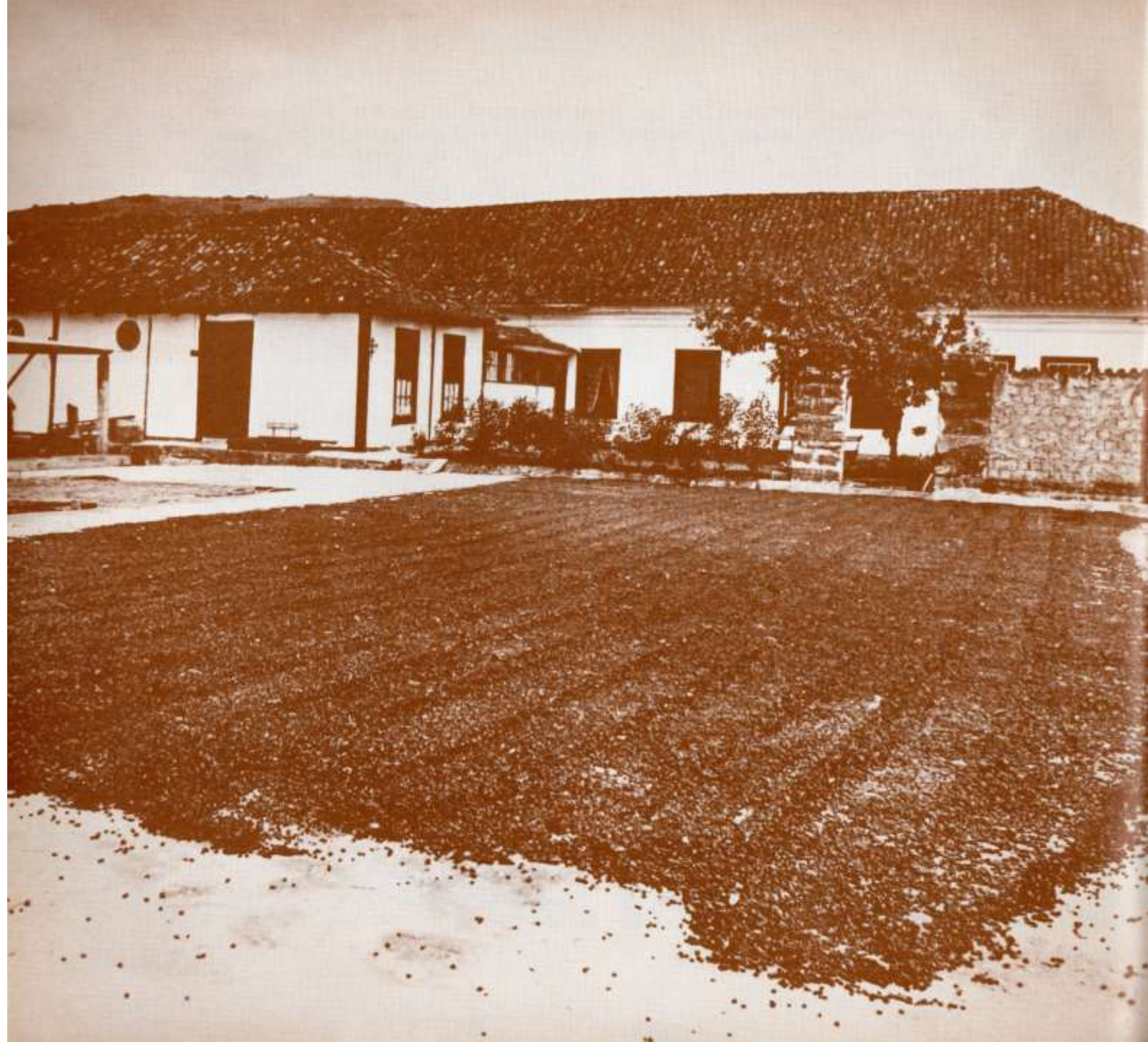
Como a estrutura agrícola da cana estava profundamente vinculada às usinas que a industrializava, essa crise teve grande repercussão no meio rural da região.

O Estado do Rio de Janeiro, que era o 2º produtor do Brasil em 1930, passou para o 4º lugar em 1972.

A atual situação impõe à região medidas com que possa recuperar sua posição. A meta do Governo é elevar a exportação brasileira de açúcar e o Estado do Rio de Janeiro deve participar deste esforço. Para tanto, impõe-se o desenvolvimento do seu parque açucareiro com a modernização dos equipamentos, a adoção de técnicas mais produtivas, etc. Apenas a tradição, não importando quão grande e respeitável seja ela, não será suficiente para alcançar as metas que lhe podem tocar, tanto no que diz respeito ao processamento industrial quanto à lavoura canavieira.

É chegado o momento de se analisar sua situação e, em função das conclusões, traçar diretrizes que permitam recolocá-la rapidamente dentro do quadro de competição da economia canavieira nacional. E novamente aí o Rio Paraíba assume papel preponderante, fornecendo água para irrigação destes canaviais.





O CICLO DO CAFÉ

O povoamento do Médio Paraíba Fluminense deu-se bem mais tarde que o da região Norte. O "Caminho Novo" que ligava Paraíba do Sul a Vassouras era a rota obrigatória para o transporte das mercadorias que cruzavam a região. Apesar da proibição surgiram variantes deste caminho aonde se instalaram pousadas e ranchos para abastecer aos tropeiros que vasculhavam a região.

As primeiras plantações de café no Vale do Paraíba Fluminense vieram com a pequena lavoura efetuada com a ajuda de poucos escravos. Os terrenos escolhidos eram antigas roças de milho ou de cana.

A partir de 1830, a riqueza da região concentrava-se cada vez mais nas mãos dos proprietários da grande lavoura. Aos pequenos posseiros restavam as atividades ligadas à agricultura de subsistência.

O plantio dos cafezais se estendia. O rendimento dos bons talhões voltava para as fazendas sob forma de mais escravos para mais plantações.

Entre 1850 e 1870, o Vale do Paraíba Fluminense chegou a ser a zona de maior

produção cafeeira do mundo. Por volta de 1880 a produção começa a cair e, no fim do século XIX, São Paulo já a ultrapassava. As terras começavam a se esgotar.

A aristocracia rural gerada pela lavoura cafeeira tinha nos Barões do Café seus mais ilustres representantes. Os títulos, não hereditários, eram conferidos por D. Pedro II àqueles que de uma forma ou de outra prestigiassem o regime imperial.

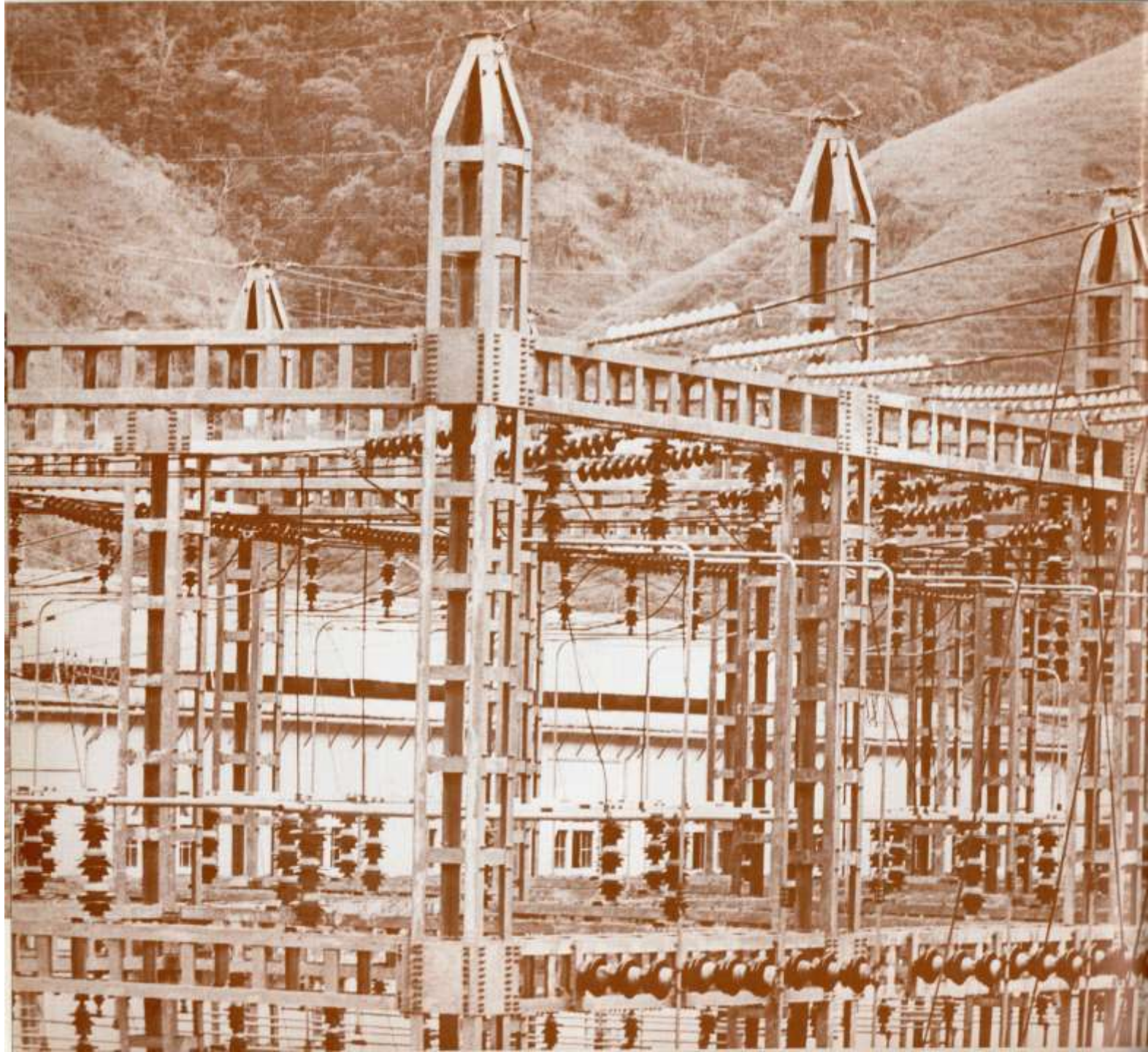
Quando termina a escravatura, os fazendeiros tentam adaptar-se à nova realidade. Em 1870, a estrutura política, econômica e social constituída começa a desmoronar. Alguns acusavam a diminuição de mão-de-obra, outros a incapacidade em assimilar a maquinaria moderna ou a ausência de créditos agrícolas. Poucos prestavam atenção ao cansaço da terra. Sem atentar para os danos, fazendeiros de duas gerações devastaram e queimaram matas virgens, plantaram ao acaso mudas de café ou sementes não selecionadas, capinaram e colheram ano após ano como se pudessem dispor do solo indefinidamente sem a necessidade de fertilizantes ou boas técnicas de cultivo.

Em um século o vasto Vale do Paraíba Fluminense foi palco de um ciclo econômico, que encontrou uma rica e densa floresta tropical devastando-a inteiramente.

A decadência do café, fez surgir uma pecuária de subsistência. A região perdeu sua característica de pólo agrícola e, hoje, dedica-se expressivamente às atividades do setor industrial.







CICLO INDUSTRIAL

As atividades secundárias no Vale do Paraíba acham-se historicamente ligadas à cidade do Rio de Janeiro. No século XVIII, a cidade era foco das principais atividades econômicas da colônia.

Com a decadência do modelo primário e o advento do processo de industrialização começa a concentração de investimentos na capital.

Em 1892, já circulam nas cidades do Rio de Janeiro os primeiros bondes elétricos. Multiplicam-se as fábricas, em especial as têxteis. Em cidades serranas como Petrópolis e Nova Friburgo, e em outras do planalto, sobretudo aonde haviam entroncamentos ferroviários, como Barra Mansa e Barra do Piraí, implantam-se algumas indústrias.

Em 1905, a Light recebe autorização para funcionar no Estado do Rio de Janeiro. (Foi a primeira grande companhia de eletricidade que aqui se instalou.) O crescimento das cidades aliado às inovações do progresso tecnológico fazem surgir no Vale Fluminense as primeiras usinas geradoras de eletricidade. Os aproveitamentos hidrelétricos do Vale do

Rio Paraíba do Sul começaram em 1908 com a construção da Usina de Fontes Velha no município de Piraí. Em 1924 constrói-se a Usina de Ilha dos Pombos, no curso médio inferior do Rio Paraíba, próxima a Porto Novo do Cunha.

Se o primeiro benefício da eletricidade vai ser a iluminação, mais tarde ela vai ser um dos principais vetores que possibilitará o desenvolvimento da indústria no Vale do Paraíba, quando, em 1940, se implanta a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda.

A consciência do problema siderúrgico já preocupava os governos desde 1900. Pressentia-se que sem uma siderurgia montada em termos de larga produção não haveria como impulsionar um processo de mudança.

Em 1930, o Presidente Getúlio Vargas declarava já não ser possível adiar "imprevidentemente a solução do problema siderúrgico", e concluía: "— O desenvolvimento industrial e a segurança nacional o exigem."

Indústria para gerar indústrias. Aproximava-se o que o Presidente Vargas chamava de "A Idade do Ferro".

Em 1938 constitui-se a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. A guerra que sobreveio, no ano seguinte, não impediu as negociações entre Brasil e Estados Unidos para financiamento e fabricação das máquinas indispensáveis à instalação da Usina de Volta Redonda. A 11 de junho de 1946 deu-se a primeira corrida de ferro.



87
88



98
93



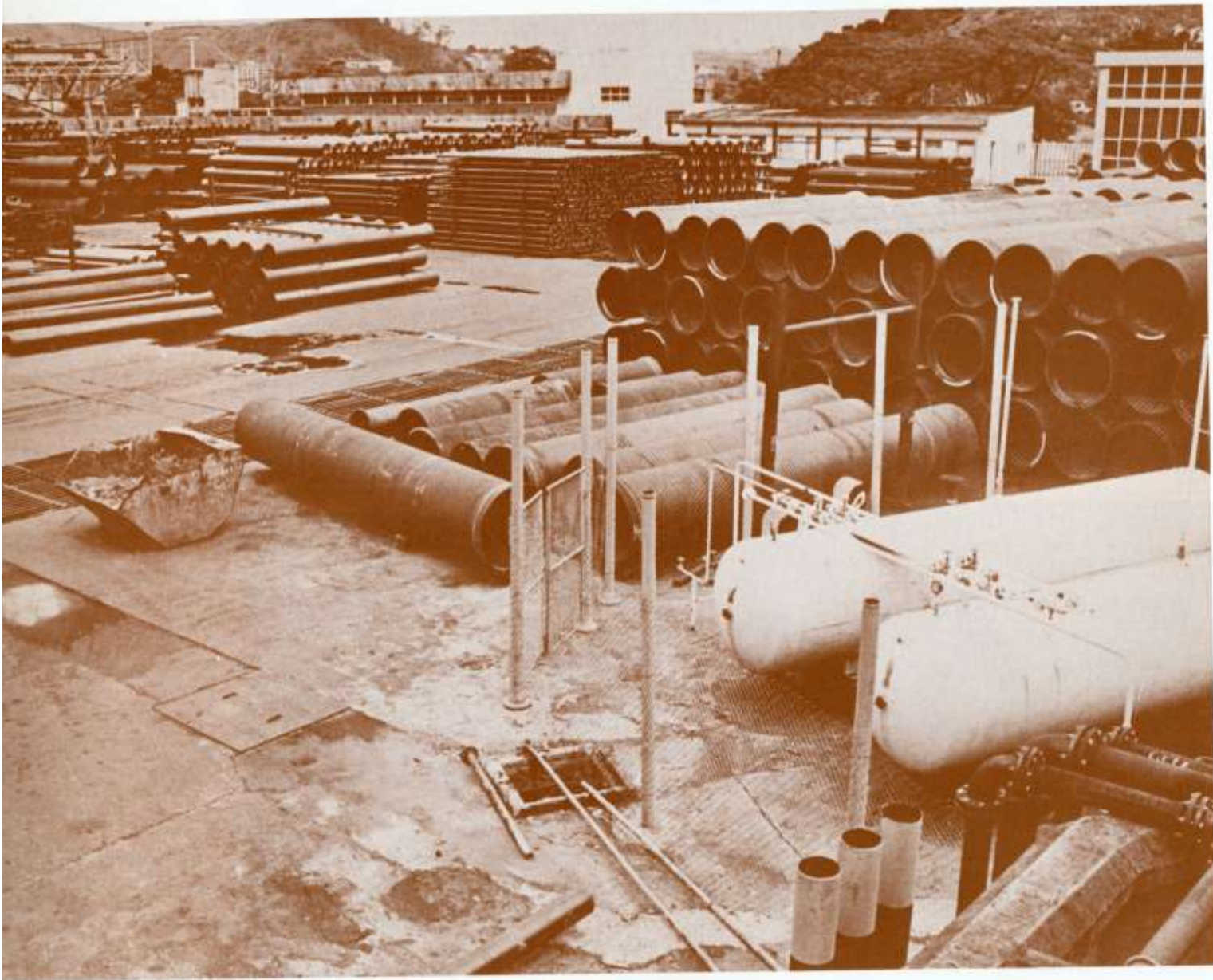
A grande mudança no processo que a CSN precipitou basta para documentar que a usina, alterando com o aço o complexo econômico, contribuiu decisivamente para fazer o Brasil de hoje. Os seus fornos, porque asseguravam a indústria matriz das indústrias, produziram o desenvolvimento. Tudo o que chegou depois, a partir do ano de 1946, dependeu ou resultou de Volta Redonda.

A implantação da CSN iniciou a descentralização do setor industrial no Estado do Rio de Janeiro. As vantagens locacionais do Vale atraíram para a área inúmeras outras indústrias.

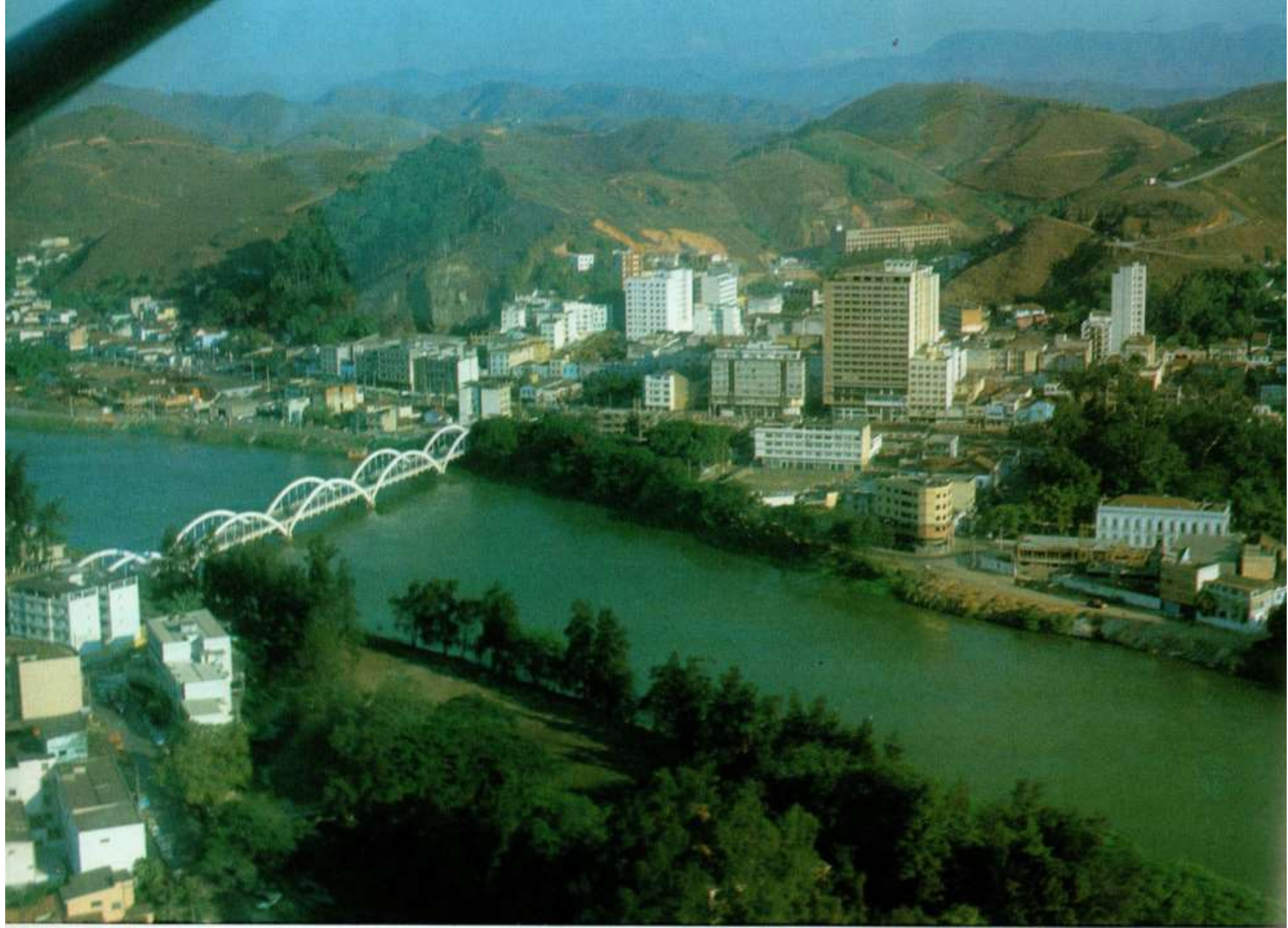


Se Volta Redonda vai ser o carro-chefe que impulsiona o desenvolvimento industrial da região do Médio Paraíba, com relação às outras regiões, o que se observa é um fraco desempenho econômico.

A reversão deste processo histórico começa a aparecer com a fusão administrativa ocorrida na década de 70. Muito embora a situação ainda permaneça a mesma, isto é, a região do Médio Paraíba continue a ser a área mais dinâmica do Estado depois da Região Metropolitana, há um esforço coordenado no sentido de se procurar para as outras regiões propostas e soluções que mais correspondam às suas potencialidades, como o pólo cimenteiro em Cordeiro/Cantagalo na região Serrana, e o Programa Nacional do Alcool na área de Campos, na região Norte.







SITUAÇÃO ATUAL

REGIÃO DO MÉDIO PARAÍBA

São as atividades secundárias as responsáveis pelo crescimento econômico local. Os efeitos multiplicadores gerados pela CSN na estrutura da produção industrial são nítidos, pois observa-se que a maioria dos estabelecimentos industriais lhe são complementares. Mesmo as indústrias de bens de consumo participam indiretamente destas vinculações, pois voltam-se para o abastecimento do mercado local ou regional, desenvolvido pelas primeiras.

O processo de industrialização tem como pólo o conjunto urbano de Volta Redonda-Barra Mansa, que detém a maior parte da produção industrial da região. Nessa área, embora as indústrias tradicionais sejam mais numerosas, a geração de novos empregos e o aumento dos níveis de renda devem-se,

sobretudo, aos ramos metalúrgicos, mecânico, borracha, químico e produtos de matéria plástica. No setor tradicional, o destaque cabe às indústrias de produtos alimentares, de bebidas e têxtil.

Além de Volta Redonda e Barra Mansa, destacam-se Resende, Barra do Piraí e Três Rios, onde se desenvolvem fundições, indústrias químicas e outros ramos ligados à produção de bens de capital.

Nos demais municípios, a implantação de novas indústrias defronta-se com o problema da escassez de áreas propícias ao estabelecimento industrial.

O setor primário vem apresentando declínio, com exceção da pecuária leiteira que se tem expandido nas últimas décadas garantindo à região o segundo lugar na produção de leite no Estado.

A evidente primazia da vocação industrial e urbana impõe uma ocupação organizada das áreas rurais do Vale do Paraíba. Isso se torna necessário em função da importância de tais áreas para a proteção ecológica do conjunto, ameaçado pela urbanização acelerada, a industrialização e a intensificação dos usos destinados ao lazer.

A concentração do setor terciário em centros como Barra Mansa, Volta Redonda, Resende, Barra do Piraí e Três Rios, atua como fator de atração das populações do campo e das pequenas cidades, contribuindo para aumentar a emigração para as maiores cidades da região.

REGIÃO SERRANA

As desigualdades dos níveis de desenvolvimento dos municípios que constituem a região refletem-se em seu crescimento populacional: enquanto Nova Friburgo e Teresópolis apresentam grandes incrementos demográficos nas últimas décadas, em quase todos os demais municípios tem ocorrido perda da população ou crescimento insignificante, devido ao êxodo rural intenso.

O incremento populacional verificado em Cordeiro, e mais recentemente em Cantagalo, indica o reerguimento de suas atividades econômicas e tradicionais e a expansão da nova atividade industrial: a fabricação de cimento.

Em Nova Friburgo e Teresópolis, as atividades industriais aliadas ao turismo têm reforçado sua economia urbana. Nos demais municípios o declínio das atividades agrícolas tradicionais, a escassez de alternativas econômicas, o êxodo rural, agravado pelo isolamento decorrente da rede viária insuficiente, constituem fatores de estagnação.

Sem maiores perspectivas econômicas, a cafeicultura cedeu lugar à pecuária leiteira que vem se mantendo como atividade agropecuária predominante.

No setor serviços destacam-se por seu porte e dinamismo aqueles ligados ao turismo, especialmente em Nova Friburgo e Teresópolis.

REGIÃO NORTE

A região Norte tem-se caracterizado por uma fraca economia. A estagnação das atividades tradicionais, que não têm sido substituídas por formas de cultivo mais modernas, a par do fraco crescimento relativo da economia canavieira, principal suporte da região, acarreta forte êxodo rural responsável pelo decréscimo da população de quase todos os seus municípios.

A economia urbana regional não tem sido capaz de absorver a migração, verificando-se elevados índices de desemprego nas cidades ao mesmo tempo em que se escasseia a mão-de-obra para as atividades agrícolas. Por outro lado, o crescimento urbano acarreta maior demanda por infraestrutura básica e social que as cidades da região não têm sido capazes de atender.

A região Norte Fluminense tem a agropecuária como sua principal atividade econômica. Esta região é a principal produtora de cana-de-açúcar do Estado, mas a baixa produtividade é poderoso fator limitativo para o incremento da lavoura de cana constituindo entrave para expansão da agroindústria açucareira. Também a escassez de capital, a falta de tecnologia, a política de preços, têm sido

os grandes responsáveis pelos reduzidos rendimentos obtidos pelos produtores de cana.

A pecuária de corte, conquanto tenha apresentado crescimento modesto, encontra na menor necessidade de emprego de mão-de-obra, fator escasso na região, poderoso incentivo para o desenvolvimento.

As atividades industriais da região caracterizam-se fundamentalmente por suas estreitas vinculações com a agropecuária. Predominam os gêneros de produtos alimentares e bebidas e, secundariamente, produtos minerais não metálicos.

Com a descoberta do petróleo na área de Campos, há expectativas nos benefícios que possam advir para a região, pois a partir de 1985, o Rio de Janeiro será o maior produtor brasileiro de petróleo, com uma produção estimada em 250 mil barris/dia, o que corresponderá a 50% da produção nacional.

O aproveitamento do gás natural da bacia de Campos, em substituição ao gás nafta e outros combustíveis, utilizados na região Metropolitana, através de um gasoduto que já interliga as duas regiões permitirá ao país uma substancial economia de divisas. Atendendo às prioridades nacionais, o Governo Federal vem dando especial ênfase a produção de álcool nesta região.

O setor serviços é pouco representativo, estando concentrado em Campos e Itaperuna, principais centros urbanos regionais.



O RIO PARAÍBA DO SUL

Como já foi enfatizado, 80% da população do Rio de Janeiro depende do Rio Paraíba do Sul para seu abastecimento de água. Assim sendo, o controle da qualidade e da quantidade das águas do rio é de suma importância para nosso Estado.

A FEEMA — Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente — que se ocupa do estudo e do controle das águas, concluiu que o rio tem capacidade de autodepuração suficiente para absorver a carga orgânica lançada em suas águas. Entretanto, considerando-se o crescimento da região nos próximos anos, é necessário que sejam implantados sistemas de tratamento para que se mantenha a capacidade de absorção do rio..

No Estado do Rio de Janeiro nenhuma das cidades localizadas na bacia do Rio Paraíba do Sul, exceção feita a Campos, conta com

tratamento de esgotos. A poluição por esgotos domésticos evidencia-se nos dias de hoje nos altos níveis de coliformes fecais encontrados nos trechos mais povoados do rio.

A poluição química, causada pelo lançamento de resíduos industriais, constitui-se no problema mais sério com relação aos riscos potenciais que apresenta para o sistema de abastecimento de água do Estado do Rio de Janeiro, já que o tratamento convencional apresenta baixa eficiência de remoção para a maioria dos poluentes tóxicos. Outros problemas decorrentes da poluição química são o acúmulo de metais tóxicos na cadeia alimentar, efeitos fisiológicos adversos sobre a fauna aquática, etc . . .

A poluição por pesticidas é decorrente dos efluentes das próprias indústrias fabricantes de defensivos agrícolas bem como de seu emprego em larga escala na lavoura e pecuária.

No trecho Norte Fluminense o problema agrava-se devido à aplicação de fungicidas mercuriais na cultura da cana-de-açúcar. Nesta região, a fonte potencial de poluição, oriunda das usinas, é o vinhoto em associação com as águas de lavagem de cana durante o processo industrial. Atualmente, as usinas estão armazenando o vinhoto em bacias de acumulação, medida que possibilitou redução significativa na carga orgânica lançada nos rios e canais afluentes do Rio Paraíba do Sul, cujos teores encontram-se ainda fora

dos padrões de qualidade de água fixados principalmente devido ao lançamento das águas de lavagem da cana.





A prática tradicional de enterrar resíduos no terreno das indústrias ou encaminhá-los a aterros sanitários, vazadouros municipais e lixões, sem controle necessário, dissemina pela área da bacia verdadeiras bombas de efeito retardado inutilizando os esforços desenvolvidos pelas empresas no controle da poluição.

Quanto à qualidade das águas no trecho do rio entre as cidades de Resente e Barra do Piraí o problema mais crítico refere-se à presença de tóxicos, principalmente mercúrio, chumbo, cromo, fenóis e cianetos, em níveis acima dos padrões exigidos para atender aos múltiplos usos do rio, embora a percentagem de ocorrência de violação dos padrões seja relativamente baixa.



Entre Barra do Piraí e a Estação de Tratamento de Água do Guandu, a qualidade da água pode ser considerada boa em função dos valores médios anuais. Entretanto, a presença ocasional de poluentes como chumbo, cromo, pesticidas e heptacloro, merece considerações especiais em face da utilização do Rio Guandu para o abastecimento público.

Do reservatório de Santa Cecília, no município de Barra do Piraí, à cidade de Carmo, com exceção do trecho imediatamente a jusante de Barra do Piraí, a qualidade da água apresenta-se boa.

Da cidade de Carmo até a foz, a qualidade das águas é caracterizada pela poluição potencial dos resíduos das indústrias alcooleiras e açucareiras do Estado.

MACROZONEAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL

PG CEEIVAP 003 EX/80-A
Proposta de Institucionalização

- urbana e de expansão
- industrial
- agrícola e pecuária
- pecuária e reflorestamento
- reflorestamento e preservação
- proteção de manancial
- preservação permanente
- agrícola



O FUTURO

Os desníveis regionais, a descontinuidade dos ciclos econômicos e a degradação ambiental que caracterizaram a ocupação do Vale do Paraíba Fluminense foram elaborados por um processo histórico que vai aos poucos reformulando sua concepção.

Não se pode mais deixar o homem vale-paraibano alheio às decisões que lhe dizem respeito: o futuro desta região deve ser decidida pelo povo que nela habita.

É inegável que, em âmbito generalizado, este homem deve ser amparado por uma informação mais abrangente que o permita interagir com sua vizinhança.

Não se pode esquecer que o Rio Paraíba do Sul atravessa três Unidades da Federação e que, mesmo em nosso Estado, corta regiões com vocações de desenvolvimento completamente distintas.

É, pois, imprescindível que à vontade de cada município se incorpore num consenso mais amplo que melhor a oriente.

Em 1982, reuniram-se em Volta Redonda prefeitos de todos os municípios que compõem a Região do Vale do Paraíba Fluminense. Desta reunião nasceu o Consórcio para o Desenvolvimento Integrado de Municípios do Estado do Rio de Janeiro no Vale do Paraíba, o CODIVAP-RJ.

Os planos do CODIVAP-RJ, estão voltados para o homem em sua comunidade de vida, têm o propósito de humanizar o Vale, e por consequência, preservar o Rio Paraíba do Sul.

O CODIVAP-RJ foi precedido por seu congênere paulista, o CODIVAP-SP, que já se instalara no Vale do Paraíba daquela região desde 1970, com as mesmas intenções de seu irmão fluminense, e que fazia inúmeras solicitações ao Governo para que definisse de vez os limites da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para um exercício mais judicioso das funções a que se propunha.

Em 1978, percebendo que as bacias hidrográficas de nosso país, principalmente as da Região Centro-Sul, caminhavam para uma progressiva degradação, o Governo Federal, por intermédio dos Ministérios das Minas e Energia e do Interior, como que atendendo aos reclamos do CODIVAP-SP, criou um comitê de estudos para melhor gerenciar os recursos hídricos em nosso país. A instalação deste comitê formalizou-se em 1979 com o nome de Comitê Especial de Estudos Integrados das Bacias Hidrográficas, o CEEIBH. O CEEIBH está incumbido da classificação dos cursos d'água da união bem como do estudo integrado e do acompanhamento da utilização racional dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios federais no sentido de obter o seu aproveitamento múltiplo e minimizar as consequências nocivas à ecologia da região.

A criação do CEEIBH fazia nascer uma esperança de vida, uma melhor expectativa para o

Rio Paraíba do Sul. Mas não se ocupava especificamente dele. Tratava dos recursos hídricos nacionais em termos de bacias, para contornos múltiplos de utilização, em espaço máximo, e contenção de degenerescência, em limites mínimos.

Os estudos e trabalhos do CEEIBH sugeriram a criação de comitês executivos para determinadas bacias. Foi desta sugestão que surgiu o CEEIVAP – Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

São integrantes do CEEIVAP, além das entidades que compõem o CEEIBH, representantes de organismos da administração direta ou indireta federal, estadual e municipal, além de entidades particulares que atuam na bacia.

A representação dos municípios no CEEIVAP é assegurada pelo CODIVAP. Esta associação regional evita os múltiplos problemas de participarem do Comitê os mais de 150 municípios do Vale do Paraíba independentemente entre si.

É competência do CEEIVAP estudar e apresentar recomendações ao CEEIBH referentes às providências normativas para administração dos recursos hídricos da bacia; acompanhar, mantendo informado o CEEIBH, a execução de estudos, projetos e obras relativas ao aproveitamento múltiplo e conservação dos recursos hídricos da bacia; auxiliar, no que for solicitado, o CEEIBH no acompanhamento das providências dos diferentes órgãos responsáveis pela preservação e controle de situações críticas.

O Ministério do Interior deve criar ainda este ano um Grupo de Trabalho com o fim específico de propor medidas operacionais para a implantação de uma Associação de Saneamento Ambiental na Bacia do Rio Paraíba do Sul.

Na prática, essa idéia significa a evolução dos atuais comitês de bacias para a condição de associação de usuários, organismos que deteriam poderes mais efetivos quanto aos usos e à finalidade da água dos rios.

De tudo o que foi dito fica claro que, hoje em dia, há a consciência de que é preciso conservar as bacias hidrográficas de nosso país.

A criação de organismos em diversos níveis de administração revela que não há mais lugar para iniciativas isoladas. A implantação de diretrizes propostas deve ser desencadeada simultaneamente nas esferas municipais, estaduais e federal, de preferência no sentido ascendente, do município para a União.

Por fim, é a participação do homem do Vale do Paraíba neste processo que deve decidir sobre o futuro do Rio Paraíba do Sul. Porque é de lá, perto do rio, perto da gente que vive com ele, que deve vir o primeiro combate contra as ações que de alguma forma possam perturbá-lo. Não seria necessário dizer ao vale-paraibano que o Rio Paraíba do Sul é um rio muito importante. O que ele talvez não saiba é que todos, no nosso Estado, dependemos do rio para nossa sobrevivência. Por isto, pedimos a ele que esteja atento e que proteja o Rio Paraíba do Sul.

ACERVO

FAUNA

Em um passado longínquo o Vale do Paraíba abrigou rico e variado conjunto de animais hoje não mais encontrados em função do intenso processo de ocupação humano iniciado com os cultivos da cana e do café.

Animais com grandes exigências ecológicas migraram para áreas florestais elevadas ou então desapareceram por completo da região como a jaguatirica, o lobo-guará, a lontra, a pomba amargosa e o mono. Mesmo nos refúgios implantados pelo homem esses animais são encontrados em densidades abaixo da normal e necessária à preservação de suas espécies.

Os mais resistentes e menos atraentes ao instinto predador do homem ainda sobrevivem em alguns locais do Vale do Paraíba, destacando-se o Tiê-Sangue, o Socozinho, também chamado de Ana-Velha ou Maria-Mole, encontrado ao longo dos cursos d'água, brejos e barrancos. Outro habitante do Vale é um pequeno esquilo, de grande capacidade adaptativa, chamado Serelepe ou Caxinguelê. Restam também o Gambá, frequentador assíduo dos galinheiros, e o Macaco-Topete, ou Macaco-Prego, um pouco agressivo e grande apreciador de jaca e outras frutas.

Trazemos a esta exposição alguns desses antigos habitantes do Vale do Paraíba em seus aspectos e cores peculiares.

1. Socozinho; Ordem: Ciconniformes, Família: Ardeidae, Gênero: Butonides, Espécie: B. Striatus.
Obs. Ictiófagas. Vive às Margens dos rios e lagoas.
2. Esquilo — Caxinguelê; Ordem: Rodentia, Família: Sciurus Aestrians, Espécie: S. Aestuans Ingrami.
Obs. Sua alimentação consta de frutos e sementes, vivem nas matas e têm hábitos arborícolas.
3. Gambá; Ordem: Marsupialia, Família: Didelphis, Espécie: Didelphis Marsupialis.
4. Tiê-Sangue; Ordem: Passeriformes, Família: Thraupidae, Gênero: Ramphocelus Gresilius Dorsalis, Espécie: R. Bresilius Dorsalis.
Obs. Frugívoro. Vive em pequenos grupos junto a pomares.
5. Macaco-Topete ou Macaco-Prego; Ordem: Primatas, Família: Cebidae, Gênero: Cebus, Espécie: Cebus Apella Nigritus.
Obs. Frugívoro, Insetívoro e Carnívoro. Ataca pequenas aves e devora seus ovos.
6. Jaguatirica; ordem: Carnívora, Família: Felidae, Gênero: Felis, Espécie: Felis padalis — Linné.

ICTIOFAUNA

Com relação à ictiofauna do Rio Paraíba do Sul um levantamento que vem sendo efetuado pelo Setor de Ictiologia do Museu Nacio-

nal sugere que nos afluentes do Rio Paraíba ela ainda está pouco alterada, qualitativamente, em relação ao seu estoque original. Já o Paraíba do Sul apresenta panorama diverso, evidenciando sinais visíveis de depauperação faunística ao se comparar a situação atual com a original. Como exemplo de espécies com populações em declínio na Bacia do Rio Paraíba do Sul podemos citar o Surubim (*Steindachneridion parahybae*), o Piabanha (*Brycon* sp.) e o Dourado (sp. da Bacia do Rio Paraná, introduzido na Bacia do Paraíba do Sul).

Nessa exposição são apresentadas algumas das espécies exploradas comercialmente na Bacia do Paraíba.

7. Robalo; *Centropomus undecimalis*
8. Cascudo; *Hypostomus punctatus*
9. Curimatá; *Prochilodus scrofa*
10. Traíra; *Hoplias malabaricus*
11. Piabanha; *Brycon* sp.
12. Bocarra; *Oligosarcus hepsetus*

FLORA

Por volta de 1500 as florestas, em suas diferentes formas, cobriam praticamente todo o território fluminense desde a orla do oceano até o cimo das montanhas, excetuando alguns descampados principalmente nas restingas onde o fogo ateadado pelos índios abria clareiras nas matas.

À época do descobrimento do Brasil as florestas cobriam cerca de 97% do território fluminense. Os 3% restantes eram os rios, as coleções d'água, os pântanos, os brejos, as

áreas rochosas nuas, etc.

Entre as árvores de maior porte estavam o Jatobá-Jatí (*Hymenaea Altissima*), a Canela-Abacate (*Nectandra Puberula*) e o Sapucaí (*Lecythis Lanceolata*).

Essa floresta perdurou sem muitas alterações até o século XVIII quando teve início a sua destruição com a implantação da lavoura cafeeira, restando hoje apenas algumas amostras do que foi outrora uma densa vegetação.

Para ilustrar essa mostra foram selecionadas três pinturas em gouache da ilustradora botânica Margaret Mee.

13. *Tillandsia dura* (0,66x0,49)
14. *Hippeastrum calyptratum* (0,66x0,49)
15. *Cirrea dependens* (0,66x0,49)

ICONOGRAFIA HISTÓRICA/ARTÍSTICA

Os trabalhos de documentação iconográfica executados pelos viajantes europeus ao Brasil durante o século XIX deixaram um importante depoimento sobre o Estado do Rio de Janeiro e, em particular, sobre o Vale do Paraíba.

As anotações feitas aqui eram posteriormente gravadas na Europa. No século XIX a litografia foi a técnica de gravura mais usada para reproduzir e divulgar estas imagens.

No conjunto das litografias apresentadas o Vale do Paraíba é mostrado em seus mais diversos aspectos: o Rio, a paisagem e a arquitetura, os tipos humanos, cenas de gênero e costumes, vegetação.

Registros mais recentes de documentação são a aquarela "Resende, Estado do Rio,

1923" que mostra a preocupação de A. Nunes de Paula, artista do Vale, com a paisagem local e o óleo "Antiga Fazenda de Café do Vale Fluminense" de Francisco Oswald.

A exposição apresenta também o bronze de Almeida Reis "Rio Paraíba do Sul", onde o Paraíba é o tema de uma alegoria. Peça importante dentro do panorama artístico brasileiro do século XIX, quando pela primeira vez se apresentou um rio com a imagem de um jovem índio substituindo a de um ancião, visão acadêmica predominante na época. Este fato causou grande polêmica, fazendo com que Almeida Reis perdesse, inclusive, a bolsa de estudos que desfrutava, como "prêmio de viagem à Europa". As medidas das obras expostas são dadas em metros, a altura precedendo a largura.

Coleção Paulo Berger

Litografias coloridas segundo desenho de Rugendas in "Voyage Pittoresque dans le Brésil". Oficina litográfica Engelmann. Paris, 1835.

16. Rio Inhomirim (0,28x0,35)
17. Desmatamento de uma Floresta (0,25x0,30)
18. Encontro de Índios com Viajantes Europeus (0,23x0,32)
19. Índios numa Plantação (0,28x0,33)
- 20.*Aldeia dos Tapuias (0,27x0,31)
21. Índios Puris (0,33x0,27)
22. Índios Botocudos (0,36x0,29)
23. Negros de Moçambique (0,35x0,28)
24. Negros de Benguela, Angola, Congo e Monjolo (0,34x0,28)

25. Negros de Cabinda, Quiloa, Rebola e Mina (0,34x0,29)

26.*Dança dos Puris (0,25x0,30)

27. Rio Paraíba (0,30x0,35)

28. Rio Paraíba (0,27x0,33)

29. Caça numa Floresta Virgem (0,31x0,23)

Coleção Fundação Raimundo Ottoni Castro Maia

Litografias segundo desenho de Rugendas in "Voyage Pittoresque dans le Brésil". Oficina litográfica Engelmann. Paris, 1835.

30. Mandioca (0,28x0,30)

31. Floresta Virgem da Mantiqueira (0,31x0,34)

32. Serra dos Órgãos (0,26x0,31)

33. Família de Plantadores (0,20x0,23)

34. Índios Coroados e Coropós. (0,35x0,28)

35. Habitação de Negros (0,21x0,26)

36. Criolos (0,35x0,29)

Litografias segundo desenho de Thomas Ender do Atlas de Spix e Martius "Reise in Brasilien...". Oficina litográfica Lindauer. Munique, 1823-1831.

37. Mandioca (colorida) (0,35x0,48)

38. Festa de Coroados (0,36x0,45)

39. Dança dos Puris (0,36x0,44)

40. Aldeia dos Coroados (0,37x0,44)

Coleção Estampa Comércio de Artes Plásticas
Litografias segundo fotografia de Victor

Fronde. Oficina litográfica Lemercier. Paris, 1861.

41. Às margens do Paraíba (0,19x0,22)

42. Carro para o Transporte de Açúcar e Viajantes (0,23x0,33)

43. Fazenda do Beco (0,40x0,48)

Coleção Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro

44. Visconde do Rio Bonito. João Pereira Darrigue de Faro. Retrato/Litografia de Sebastião Augusto Sisson.

Coleção Museu de Arte Moderna de Resende

45. Resende, Estado do Rio, 1923. Aquarela (0,54x0,88). A. Nunes de Paula.

Coleção do artista

46. Antiga Fazenda de Café do Vale Fluminense. Óleo (0,51x0,70). Francisco Oswald. Rio de Janeiro, 1982.

Coleção Museu Nacional de Belas Artes – Rio de Janeiro

47. Rio Paraíba do Sul. Escultura em Bronze (1,46x1,20x0,97). Candido Caetano Almeida Reis. Paris, 1866

MAPAS

Os mapas foram executados por Osvaldo Nakasato e Lenine T. Paschoal.

48.*Cobertura Florestal do Estado do Rio de Janeiro e seus habitantes – Século XVI. (capa do Catálogo)

49. Cobertura Florestal do Estado do Rio de Janeiro – Século XX.

50. Sistema de Aproveitamento Hidrelétrico da Light no Vale do Rio Paraíba do Sul.

51. Mapa dos Municípios Componentes do Vale do Paraíba do Sul.

52.*Macrozoneamento.

PORCELANA

A porcelana representa o mais alto grau de desenvolvimento atingido pelo homem na fabricação de utensílios cerâmicos. Muitas etapas se sucederam, porém, até que sua fórmula fosse descoberta.

Sabe-se que a porcelana é originária da China, tendo sido aperfeiçoada no período Tang (século VII). Possui como características, após ser cozida em alta temperatura: ser muito resistente, de modo que sua pasta não pode ser riscada com uma faca, ser translúcida, vítrea, impermeável e sonora. Sua pasta é formada por uma argila branca, composta caulim, seu principal componente, quartzo e feldspato. Esta fórmula foi monopolizada pelos chineses, só sendo descoberta na Europa no início do século XVIII.

Apesar de haver circulado no Ocidente antes do século XV, foi nessa época que teve grande difusão, através dos navegadores, que buscavam no Oriente toda espécie de riquezas. Surgiram, então, muitas lendas em torno da porcelana, acreditando-se mesmo que ela fosse capaz de cortar os maus fluidos. Também tornou-se comum, entre reis e nobres, o hábito de encomendar peças na China, sendo

a decoração, muitas vezes, ao gosto ocidental.

A porcelana chinesa caracteriza-se pelo uso de motivos de lendas e de elementos da mitologia chinesa, e é classificada segundo a denominação das dinastias.

Na Europa, muitos centros de fabricação surgiram em diversos países, tornando-se famosos Meissen, na Alemanha, a primeira fábrica da Europa, que teve no início inspiração oriental, Sèvres, na França, que influenciou diversas fábricas, e as peças do Staffordshire, na Inglaterra.

No Brasil, a porcelana só foi fabricada a partir do final do século XVIII, por João Manso Pereira. Até então, as peças fabricadas na China e na Europa eram as mais difundidas aqui, principalmente após a transmigração da família real portuguesa, que trouxe a porcelana, das peças mais cobiçadas na época. Hoje, a porcelana representa não só o requinte de um período, como também um dos mais importantes documentos para a História em seus aspectos artístico, político, econômico e social.

Para ilustrar essa mostra o Museu Histórico Nacional cedeu seis peças que pertenceram a Barões ou Viscondes proprietários de terras e fazendas no Vale do Paraíba.

Azeitoneira. Porcelana francesa C.H. Pillivuyt (Foecy), século XIX. Pertenceu ao Visconde do Salto.

53. Terrina. Porcelana chinesa. Século XIX. Pertenceu ao Barão de Massambará.

54. Prato para sobremesa. Porcelana francesa

sem marca. Distribuidor F. Dommartin (Paris). Século XIX. Pertenceu ao Barão de Teresópolis.

55. Copo para ovo. Porcelana inglesa Hammersley Co. Longton, Staffordshire. Século XIX. Pertenceu ao Barão de São Carlos.

56. Azeitoneira. Porcelana francesa sem marca. Distribuidor J.H. Klotz (Paris). Século XIX. Pertenceu ao Barão de Ibituruna.

57. Xícara para chá com pires. Porcelana francesa C.H. Menard (Paris). Século XIX. Pertenceu ao Visconde de Ararua-
ma.

INSTRUMENTOS DE TORTURA E APRISIONAMENTO, E DOCUMENTOS REFERENTES AO ESCRAVO NEGRO

A lavoura cafeeira de meados do século XIX importou uma corrente sem precedentes de escravos africanos.

O dia de trabalho do escravo era longo e começava antes do sol nascer quando se encaminhavam para os cafezais com a enxada e a foice nos ombros. As 10:00 horas era servido o almoço em cuias pelas cozinheiras e meia hora depois retornavam à lavoura. A uma hora da tarde havia uma breve pausa para um café, que nos dias frios era substituído pela cachaça. O jantar era servido às 4:00 horas da tarde e o trabalho retomado até o cair da noite, quando o capataz gritava – “Vamos largar o serviço!”

O escravo fazia de tudo: construía a casa, fazia os tijolos, encanava a água, cuidava do

gado, servia às sinhás.

Para tomar conta dos filhos dos fazendeiros havia a ama-de-leite que amamentava, a ama-seca para depois da mamada e a pajem que brincava com as crianças.

Na tarefa perigosa de derrubada das matas os fazendeiros substituíam a mão-de-obra dos dispendiosos escravos pelo trabalho dos posseiros livres.

Os escravos que lidavam com os processos de beneficiamento do grão — descascamento e peneiração — estavam sujeitos a infecções respiratórias, problemas de pele e nos olhos, em função do pó fino produzido pelos pilões e peneiras. Somente em 1850 com o término oficial do tráfico negreiro é que alguns fazendeiros passaram a cuidar melhor de seus escravos. Por essa época houve algumas tentativas para introduzir o imigrante europeu e asiático, mas a experiência não foi bem sucedida. Acostumados ao trabalho escravo, os latifundiários não se adaptavam ao homem livre, que exigia grandes salários e almejava uma ascensão social e econômica.

Coleção do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu

58. Guarguileira. Instrumento de tortura e aprisionamento.
59. Viramundo. Instrumento de tortura e aprisionamento.
60. Proposta de Arrematação de escravo. Francisco Pereira Jorge. 1/3/1870

61. Processo Judicial de Venda de Escravo do Espólio do Barão e Baronesa do Guandu. 1878
62. Processo de Auto de Liberdade do Escravo Domingos. 1883
63. Processo Judicial de Liberdade de Lucas dos Santos Silva. 1883
64. Subestabelecimento de Procuração para Libertação de Escravo. Pedro Teles Barreto Menezes. 1885
65. Quilombo de Iguaçu. 1859-1860
66. Livro de Registro de Carta de Liberdade. 1853-1864

DOCUMENTOS REFERENTES À DOAÇÃO DE TERRAS E AO ARROLAMENTO DE FAZENDAS DE CAFÉ

67. Certidão do Teor de Doação ao Visconde de Asseca de 20 léguas de Terra no Estado do Brasil entre Cabo Frio e Espírito Santo e que pertenceram a Gil de Góis. Lisboa, 15/9/1674. Pertence ao Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
68. Mapa de Arrolamento das Fazendas de Café situadas nas imediações das Províncias do Rio de Janeiro. Pertence ao Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu.

FOTOGRAFIAS

CICLO DA CANA

- 69.*Fazenda Mandiquêra. Quissamã. Mandada construir, no ano de 1870, por Bento Carneiro da Silva, o poderoso Conde de Araruama, que com seus irmãos fundou a primeira grande indústria açucareira do Brasil — o Engenho Central de Quissamã.
- 70.*Fazenda São Manuel. Quissamã. Construída em 1866. Pertence à Família Carneiro da Silva, descendentes diretos do Visconde de Araruama. Sua principal atividade econômica é a agropecuária.
- 71.*Solar da Baronesa. Sapucaia-Campos. Doado à Academia Brasileira de Letras pelo industrial João Cleofas. Suas linhas arquitetônicas refletem a austera aristocracia rural. À época da Baronesa o acesso ao Solar era feito pelo Rio Muriaé, afluente do Rio Paraíba do Sul. O Solar é tombado pelo SPHAN — Secretaria do Patrimônio Histórico e Nacional.
- 72.*Asilo Nossa Senhora do Carmo. Antiga casa do Engenho de Santo Antônio ou Casa da Fazenda Grande do Beco. Sua construção deve datar do início do século XIX. O Imperador D. Pedro II quando esteve em Campos, pela primeira vez, em 1847, visitou a casa do Engenho.
73. Solar do Colégio. Campos. Fundado pelos Jesuítas. Sua construção foi terminada em fins do século XVI. O Solar teve notável importância na história de Campos, quer na missão civilizadora dos Padres Jesuítas em relação aos índios, quer

na influência dos mesmos nos destinos da antiga Capitania da Paraíba do Sul. O Solar abriga os restos mortais da heroína campista Benta Pereira de Sousa. O prédio é tombado pelo SPHAN — Secretaria do Patrimônio Histórico Nacional.

CICLO DO CAFÉ

- 74.*Fazenda Prosperidade. Barra do Pirai. Pertence hoje à Luiz Geraldo Muniz.
- 75.*Fazenda Paraíso. Vassouras
- 76.*Senzala da Fazenda Paraíso
- 77.*Fazenda Secretário. Vassouras. Seu primeiro proprietário foi Laureano Correia e Castro, Barão de Campo Belo.
- 78.*Museu Casa da Hera. Vassouras. Construída por volta de 1830, foi inicialmente propriedade do Bacharel de Direito Joaquim José Teixeira Leite, passou, após seu falecimento, às mãos de sua filha, Eufrazia Teixeira Leite, que, por sua vez, a legou em testamento ao Instituto do Sagrado Coração de Jesus (Colégio Regina Coeli). Residente em Paris, Eufrazia pouco usufruiu de sua casa, que conservou sua feição original. Em 1952 a casa foi tombada pela SPHAN — Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e transformada em museu.
79. Fazenda São Joaquim das Ipiabas.
80. Fazenda São Luís da Boa Sorte. Vassouras. Pertence a Rodrigo Ventura Magalhães.

CICLO INDUSTRIAL

APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO DA LIGHT NO VALE DO RIO PARAÍBA DO SUL

- 81.*Detalhe da Estação Transformadora da Usina de Fontes.
- 82. Reservatório e Barragem de Lages.
- 83. Reservatório e Barragem de Lages.
- 84. Usina de Fontes. Piraf
- 85. Barragem de Santa Cecília. Barra do Piraf

INDÚSTRIAS NA REGIÃO DO MÉDIO PARAÍBA

- 86.*Companhia Siderúrgica Nacional. Volta Redonda. Indústria Siderúrgica. Produtos: folhas de flandres, trilhos, chapas e barras, aço cor-ten, coque metalúrgico, etc.
- 87.*Presidente Getúlio Vargas por ocasião da inauguração do Alto Forno nº 2 da Companhia Siderúrgica Nacional. 1954.
- 88.*Visita a Companhia Siderúrgica Nacional. (da esquerda para a direita) Sr. Jenini, Eng. Paulo Cesar Gomes Martins — Diretor Industrial, Sr. Victor Bouças e o Ministro Oswaldo Aranha.
- 89.*Companhia Metalúrgica Barbará. Barra Mansa. Indústria Metalúrgica. Produtos: tubos centrifugados, conexões e registros, tampões de ferro.
- 90.*S.A. White Martins. Barra Mansa. Indústria de Produtos Químicos. Produtos: carbureto de cálcio, acetileno, etc.

- 91. Purina Alimentos Ltda. Volta Redonda. Indústria Alimentícia, Produtos: rações para aves, bovinos, suínos, etc.
- 92. Siderúrgica Barra Mansa S.A. Barra Mansa. Indústria Siderúrgica. Produtos: laminados não planos, perfilados, eixos trefilados, etc.
- 93.*Dupont do Brasil. Barra Mansa. Indústria Química, Produtos: explosivos, freon, manzat, fungicidas, etc.
- 94. Cyanamid Indústrias Químicas. Resende. Indústria Química. Produtos farmacêuticos.

USINA DE AÇÚCAR E DESTILARIA NA REGIÃO NORTE

- 95.*Usina São João. Campos. Começou a funcionar por volta de 1900 como um engenho, posteriormente ampliou suas instalações transformando-se em Usina e Destilaria.

BACIA PETROLÍFERA DE CAMPOS

- 96. Plataforma de Produção (fixa) e Flotel Garoupa — Petrobrás.

ARTESANATO NA REGIÃO DO MÉDIO PARAÍBA

- 97. Rendas de croché, cestas de palha, esculturas de madeira, etc. Barra do Piraf e Valença.

LABORATÓRIO DE ANÁLISES

98. FEEMA — Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente.

RIO PARAÍBA DO SUL

- 99.*Região do Médio Vale do Paraíba do Sul
100.*Região de Campos
101.*Barra do Pirai

OUTRAS

- 102.*Esgoto Sanitário. Barra do Pirai
103.*Lixo Doméstico. Barra do Pirai
104.*Vazamento de óleo no Rio Paraíba do Sul.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

1. Lery, Jean de — "História de uma Viagem feita à Terra do Brasil", tradução: Monteiro Lobato, Rio de Janeiro/São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1926
2. Taunay, Affonso D'Escragnoille — "A Propagação da Cultura Cafeeira", Edição do Depto. Nacional do Café, 1934
3. Sodré, Nelson Werneck — "Formação da Sociedade Brasileira", Rio de Janeiro/São Paulo, Livraria José Olympio Editora, 1944
4. Lamego, Alberto Ribeiro — "O Homem e o Brejo", Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1945
5. Lamego, Alberto Ribeiro — "O Homem e a Serra", Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1950
6. Mendes, Renato da Silveira — "Paisagens Culturais da Baixada Fluminense", Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, 1950
7. Tapajós, Vicente — "História Administrativa do Brasil", vol II, Serviço de Documentação do Departamento Administrativo do Serviço Público, 1956
8. Stein, Stanley J. — "Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba", tradução Edgar Magalhães, Editora Brasiliense, São Paulo, 1957
9. Mercadante, Paulo — "Os Sertões do Leste", Ed. Zahar, 1973

10. Hollanda, Sérgio Buarque de; Maia, Tom – "Vale do Paraíba, Velhas Fazendas", Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1976
11. Pires, Fernando Tasso Fragoso – "Antigas Fazendas de Café da Província Fluminense", Editôra Nova Fronteira Memória Brasileira, Rio de Janeiro, 1980
12. Filho, Adonias – "Volta Redonda, O Processo Brasileiro de Mudança", Agência Jornalística Image Ltda, 1972

PUBLICAÇÕES

1. "1º Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro", projeto de Lei para o quadriênio de 1976 a 1979 – Governo de Floriano Faria Lima
2. "Comissão de Estudos dos Aproveitamentos Hidroelétricos do Vale do Paraíba", Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, 1953
3. "O Rio Paraíba na Economia Fluminense", Edgard Teixeira Leite, Rio de Janeiro, 1954
4. "Estudos para o Planejamento Municipal", FIDERJ – Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro, 1977/1978
5. "Guia do Investidor – 1978", SECPLAN – Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria do Estado, SICT – Secretaria de Estado de Indústria e Comércio e Turismo, FIDERJ – Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro
6. "Cadastro Industrial do Estado do Rio de Janeiro 1979", FIDERJ – Federação

das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, CIRJ – Centro Industrial do Rio de Janeiro

7. "40 Anos da CSN e sua Atuação no Desenvolvimento Nacional", Conferência proferida no Clube de Engenharia pelo Eng.º Benjamim Mário Baptista, 31/03/81
8. "Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 1980-1983", Governo Chagas Freitas
9. "Estudo para Racionalização da Agro-Indústria Açucareira no Norte do Estado do Rio de Janeiro", Prosucar Vol. I e V. Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional – FUNDENOR

DOCUMENTOS

1. "O Complexo de Lages desde suas Origens, Um pouco da História da Eletricidade no Rio de Janeiro", Exposição de fotos históricas e documentos antigos, LIGHT, 1980
2. "Usos Múltiplos e Preservação do Complexo de Lages", LIGHT, Jun/80
3. "Manual de Informações, Região Industrial do Médio Paraíba", CODIN – Companhia de Distritos Industriais do Rio de Janeiro, Depto. Comercial, Divisão de Mercado, Maio/81
4. "Manual de Informações, Região Norte Fluminense", CODIN – Companhia de Distritos Industriais do Rio de Janeiro, Depto. Comercial, Divisão de Mercado, Maio/81

5. "Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro: Realidades e Perspectivas", Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Turismo, CODIN – Companhia de Distritos Industriais do Rio de Janeiro, Julho/82
6. "Macro-Zoneamento da Bacia do Paraíba do Sul", Projeto Gerencial CEEIVAP – Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – 0003-EX/80A, Julho/81
7. "Situação de Controle das Atividades Poluidoras que lançam seus Efluentes no Rio Paraíba do Sul, no trecho Funil-Sta. Cecília", FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, Julho/81
8. "Rio Paraíba do Sul, Diagnóstico 1982", FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, Depto. de Controle de Poluição, Jan/83

PALESTRAS

1. Seminário "Declaração dos Direitos do Rio Paraíba", promovido pela LIGHT e pelo GLOBO, agosto/82
2. "Desenvolvimento do Norte Fluminense", Antônio Evaldo Inojosa de Andrade, Presidente da COPERFLU. painel Problemas do Estado do Rio de Janeiro, Clube de Engenharia, Março/83
3. "Desenvolvimento do Vale do Paraíba", Noel de Carvalho, ex-prefeito de Resende. painel Problemas do Estado do Rio de Janeiro, Clube de Engenharia, Março/83

ATLAS

1. "Atlas do Estado do Rio de Janeiro"; Portofolios População e Referências Gerais, FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 1982

PESQUISAS

1. "O café no Vale do Paraíba. Resende Século XIX. Aspectos Históricos e Arquitetônicos". Apresentada no "Congresso de História do 2º Reinado". R.J. Nov/75 Solange Godoy, Irma Arestizabal (fichamento técnico)
2. "Processo de Produção Artesanal e sua Promoção no Estado do Rio de Janeiro". Convênio NEPEs – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais. UERJ/SESC – Serviço Social do Comércio, Administração Regional. R.J. Flávia Martins de Albuquerque, Regina Moraes Morel. (coordenadoras)

AGRADECIMENTOS

Esta exposição e seu catálogo foram possíveis graças à colaboração de: Prof. Pedro Calmon Moniz Bittencourt — Diretor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Prof. Waldick Pereira — Diretor do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, Prof. Gerardo Britto Raposo da Câmara — Diretor Geral do Museu Histórico Nacional, Dr. Antônio Domingues Aldrighi — Diretor do Museu da Fauna, Prof. Alcídio Mafra — Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Prof. José Henrique Millan — Diretor do Museu Nacional, Lúcia Olinto de Carvalho — Superintendente da Fundação Raimundo Ottoni de Castro Maia, Ana Maria Rego de Almeida, Eliane Rose Vaz Neri, Rejane Maria Lobo Vieira, Maria Bernadette Fernandes Gonçalves — Museólogas, Dr. Jefferson Figueira de Mello — Biólogo, Dr. Gustavo Wilson Nunan — Ictiólogo, Dr. Paulo Berger — Colecionador, Estampa Comércio de Artes Plásticas, Margaret Mee — Ilustradora, Assessoria Geral de Comunicação Social da Companhia Siderúrgica Nacional, Dr. Victor Monteiro Barbosa Coelho, Dr. Paulo Pinho Filho, Manoel Antônio, Carlos Vergara, Márcia Nunes Campos, Adelaide Morogini Alba, Margarida Oswald, Denis Policani, Geraldo Edson de Andrade e Solange Godoy.

Coordenação Geral

Vladimir Magalhães da Silveira
João Rosauro de Almeida
Maria Gertrudes M.B. Oswald

Pesquisa e Análise

Francisco de Paula M.B. Oswald

Pesquisa Iconográfica

Carlos Martins

Projeto Gráfico

Oswaldo Nakazato

Fotografia

Felipe Taborda
Maria Gertrudes M.B. Oswald
Oscar Bernardes
Oswaldo Nakazato

Solar Grandjean de Montigny

O Solar, Centro Cultural ligado diretamente a Vice Reitoria Comunitária da PUC/RJ, e ponto de convergência onde o ensinamento e a pesquisa encontram um lugar de aprendizagem e difusão, atua como um espaço ativo de encontro entre o meio universitário e a comunidade.

Sua proposta básica é incentivar o estudo e a reflexão crítica sobre a arte e a cultura brasileira dos Séculos XIX e XX, com especial atenção pela cidade do Rio de Janeiro. É seu objetivo levantar questões, documentar processos, estabelecer relações através de exposições didáticas e polêmicas.

Diretoria

Irma Arestizabal

Conselho Consultivo

Carlos Martins

Giovanna del Brenna

Lydia Podorolsky

Maria Gertrudes M. B. Oswald

Oswaldo Nakazato

Paulo Estelita Herkenhof

Susane Worcman

Thereza Miranda